

CULTURA

GABINETE DA SECRETÁRIA

COMUNICADO - CHAMAMENTO PÚBLICO PARA COMPOSIÇÃO DA COMISSÃO JULGADORA DE PROJETOS (CJP) DO PROGRAMA MUNICIPAL DE APOIO A PROJETOS CULTURAIS PROMAC 2022

Processo nº 6025.2022/0009990-8

A SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, nos termos da Lei Municipal nº 15.948/2013, convida servidores públicos municipais, sociedade civil e profissionais do setor cultural com notoriedade reconhecida na área a se candidatarem para compor a Comissão Julgadora de Projetos (CJP) do Programa Municipal de Apoio a Projetos Culturais (PROMAC) no ano de 2022. A CJP tem por finalidade analisar e deliberar acerca dos projetos culturais inscritos no âmbito do Programa, conforme estabelecido pelo Art. 15 da Lei Municipal nº 15.948/2013. A Comissão Julgadora de Projetos do PROMAC deve ser composta majoritariamente por representantes do setor cultural (sociedade civil e minoritariamente por técnicos da administração municipal, sendo ambos nomeados pela Secretária Municipal de Cultura, como rege a Lei nº 15.948/2013.

O presente chamamento tem por objetivo coletar nomes e informações de representantes do setor cultural e de técnicos da administração municipal que queiram participar do processo de seleção para composição da CJP no ano de 2022.

Para se inscrever, os candidatos devem preencher formulário online com informações sobre experiência profissional e motivação para participar do PROMAC.

Os formulários de inscrição ficam abertos do dia 01 de junho de 2022 ao dia 15 de junho de 2022 e encontram-se disponíveis nos links abaixo.

FORMULÁRIO PARA INSCRIÇÃO DE REPRESENTANTES DA SOCIEDADE CIVIL (SETOR CULTURAL):
https://forms.gle/83DfR72BKf4d2Euc8

FORMULÁRIO PARA INSCRIÇÃO DE REPRESENTANTES DO PODER PÚBLICO MUNICIPAL (SERVIDORES DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL):
https://forms.gle/15ADPH2yG6H6eLA

Para saber mais sobre o PROMAC, acesse: https://smcsistemas.prefeitura.sp.gov.br/promac/. Dúvidas quanto ao processo de seleção da Comissão Julgadora de Projetos do PROMAC 2022 podem ser enviadas para: projetospromac@prefeitura.sp.gov.br.

DISPONIBILIZAÇÃO DE MODELO DE MINUTA DE CONTRATO DE INCENTIVO

Processo 6025.2021/0003205-4

I - À vista dos elementos contidos no presente, em resposta ao parecer jurídico contido em 064249949, e de acordo com o DESPACHO AUTORIZATÓRIO proferido em 064250218, o Programa Municipal de Apoio a Projetos Culturais (PROMAC) disponibiliza o novo modelo de Minuta de Contrato de Incentivo a Projeto Cultural do PROMAC a ser utilizado na captação de recursos do Programa em 2022, já incluídas as alterações devidas.

II - Segue abaixo **Modelo de Minuta de Contrato de Incentivo** para captação de recursos no PROMAC a partir de 08/06/2022:

PREFEITURA DA CIDADE DE SÃO PAULO
SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA
Núcleo de Incentivo à Cultura – PROMAC
CAPTACÃO DE RECURSOS 2022

ANEXO IV
MODELO DE MINUTA DE CONTRATO DE INCENTIVO A PROJETO CULTURAL DO PROMAC
(Razão Social/Nome do Incentivador)

_____ (endereço da sede/domicílio do incentivador), de CNPJ/CPF _____

_____ neste ato representado por _____ (nome do representante legal da empresa incentivadora, se pessoa jurídica), RG _____ CPF _____, doravante designado

_____, (Razão Social/Nome do Proponente) _____, situado em _____ (endereço da sede/domicílio do proponente), de CNPJ/CPF _____

_____ neste ato representado por _____ (nome do representante legal da instituição proponente, se pessoa jurídica), RG _____ CPF _____, doravante designado

_____, celebram o presente Contrato de Incentivo a Projeto Cultural do

PROMAC da Secretaria Municipal de Cultura da Prefeitura da Cidade de São Paulo, com as cláusulas e condições seguintes:

1. O INCENTIVADOR compromete-se a incentivar o projeto _____ de nº ISP _____, do

PROponente, aprovado em Diário Oficial da Cidade na data _____ de _____ de _____, com "selo de renúncia fiscal" de _____, doravante designado

PROJETO, com o valor total de R\$ _____ (valor por extenso do

incentivo que será depositado), a ser depositado em conta do projeto até o final

deste exercício fiscal.

2. O PROPONENTE compromete-se a realizar o PROJETO conforme aprovado

pela Comissão Julgadora de Projetos do PROMAC e firma o Termo de

Responsabilidade de Execução de Projeto Cultural.

3. O valor deste Contrato de Incentivo corresponde ao valor total que será

depositado pelo INCENTIVADOR na conta do PROJETO aberta pelo

proponente: Banco do Brasil, Agência _____, Conta _____ de

4. O valor a ser depositado, desde que esteja de acordo com as regras do Edital

PROMAC 2021 e suas alterações estabelecidas pelo Despacho Autorizatório publicado em D.O.C. em 28/05/2022, será convertido pela Secretaria Municipal de Cultura em Certificados de Incentivo para o INCENTIVADOR no valor total de R\$ _____ (valor por extenso), que correspondem a _____ %

(valor do "selo de renúncia fiscal") do valor depositado, seguindo a proporção

indicada pelo "selo de renúncia fiscal" do PROJETO.

7. O incentivo destina-se exclusivamente ao custeio da execução do PROJETO, conforme regras estabelecidas em Edital de Chamamento Público PROMAC

2021 e Portaria de Prestação de Contas PROMAC.

8. O prazo de vigência deste Contrato de Incentivo inicia-se na data da assinatura e termina no dia 30/12/2022, data do fim do exercício fiscal. Esta data poderá ser prorrogada a critério da Secretaria Municipal de Cultura, de acordo com os prazos de execução do orçamento da Prefeitura de São Paulo.

9. A Autorização Única de Depósito é o documento que autoriza que o

INCENTIVADOR inicie a realização de depósitos na conta do PROJETO.

10. O INCENTIVADOR está ciente de que é de sua inteira responsabilidade a

pertinência do cálculo do valor deste Contrato de Incentivo e das parcelas a

serem depositadas para o PROJETO, conforme disposto em Edital PROMAC

2021 e alterações.

11. As partes estão cientes de que, após a realização do depósito na conta do projeto, devem ser enviados para o endereço incentivopromac@gmail.com (ou outro canal de comunicação que vier a substituí-lo) com, no mínimo, 20 (vinte) dias úteis de antecedência da data que se deseja receber o Certificado de Incentivo, em e-mail intitulado DEPOSITO N° (número de depósitos que o incentivador fez na conta do projeto) - NOME DO INCENTIVADOR + NOME DO PROJETO, o comprovante de depósito e o extrato da conta do PROJETO.

12. O INCENTIVADOR está ciente de que deve enviar para o e-mail

incentivopromac@gmail.com, no mínimo, 3 (três) dias úteis de

antecedência da data de vencimento, em e-mail intitulado GUIA CHEIA -

IMPOSTO (inserir imposto escolhido) + NOME DO INCENTIVADOR, a Guia de

Pagamento do imposto do qual se deseja abater e a indicação de qual Certificado de Incentivo deseja usar para o abatimento.

13. As partes estão cientes de que a análise deste Contrato de Incentivo leva em torno de 30 (vinte) dias úteis e que alterações podem ser solicitadas pela equipe do Núcleo de Incentivo à Cultura/SMC ao incentivador e proponente.

14. As partes estão cientes de que a análise deste Contrato de Incentivo é

baseada nos documentos constantes dos respectivos cadastros de proponente

e incentivador na plataforma PROMAC, devendo, portanto, este Contrato de

Incentivo ser condizente com os documentos ali apresentados.

15. O INCENTIVADOR poderá fazer exposição de sua marca em peças de

comunicação do PROJETO, desde que acordado com o PROPONENTE e

conforme regras do Edital PROMAC 2021.

16. O INCENTIVADOR declara, ainda, sob as penas da Lei, não possuir qualquer

impedimento contido nos incisos do art. 38 do Decreto nº 59.119/2019.

17. Elegem as partes o Foro de São Paulo, para dirimir quaisquer dúvidas oriundas

do presente contrato, renunciando a qualquer outro por mais privilegiado que

seja.

18. E, por estarem INCENTIVADOR e PROPONENTE de pleno acordo com o

disposto neste instrumento particular, assinam-no na presença das duas

testemunhas abaixo.

São Paulo, _____ de _____ de 2022

(Inserir nome/razão social) (Inserir nome/razão social)
INCENTIVADOR PROPONENTE

Testemunhas:

(NOME E IDENTIDADE) (NOME E IDENTIDADE)

Obs: Aceitam-se assinaturas digitais, desde que legíveis.

II - O Anexo V do Edital PROMAC 2021 - MODELO DE TERMO DE RESPONSABILIDADE DE EXECUÇÃO DE PROJETO CULTURAL permanece inalterado para utilização na captação de recursos do PROMAC no ano de 2022, com exceção da data de assinatura do documento, onde deverá constar a localidade e a data de assinatura em 2022.

III - O modelo de Minuta de Contrato de Incentivo aqui apresentado e o Termo de Responsabilidade de Execução de Projeto Cultural serão também disponibilizados em http://smcsistemas.prefeitura.sp.gov.br/promac/, na seção Normativos.

CENTRO CULTURAL DA CIDADE DE SÃO PAULO

PORTARIA 21-CTP-GAB

A Secretaria Municipal de Cultura, através da Coordenadoria do Centro Cultural Cidade de São Paulo, à vista dos elementos constantes no processo administrativo nº 6025.2022/0010068-0, em especial ao parecer do Gestor Local 064527003, pela competência a mim delegada nos termos das Portarias nº 21/2018-SMC-G e 35/2018-SMC-G,

RESOLVE:

Art. 1º AUTORIZAR a cessão gratuita do Espaço Cênico Ademar Guerra e Sala de Ensaiar 2, para a realização do espetáculo teatral 100 Anos de Arte Moderna 100 Ponto Final, no período de 4 de junho à 14 de agosto de 2022. A montagem será realizada de 31 de maio à 3 de junho de 2022 e a desmontagem do espetáculo será realizada nos dias 15 e 16 de junho de 2022, das 10h às 16h e das 10h às 14h, respectivamente. O evento é composto por visitas sensoriais diversas, 40 sessões teatrais, incluindo a estreia do espetáculo infantil Farol de Cores, fóruns e debates artísticos, projeto da Cia. Articulate Teatro de Bonecos, selecionado nos termos da Lei Municipal nº 13.279/2002 do Edital de Chamamento nº 1/2021/SMC/CFOC/ SFA – 37ª Edição – Programa Municipal de Fomento ao Teatro para a Cidade de São Paulo. Há interesse público e mérito cultural. Não haverá cobrança de ingresso. Assim, de acordo com os itens 5 e 5.4 das observações do Edital, Cessão de Espaços da Secretaria Municipal de Cultura do Decreto nº 60.972/2021, a solicitante está dispensado do pagamento de preço público.

Art. 2º A cessantária se responsabiliza pela integridade e conservação do equipamento público, bem como pela realização do evento nos termos de sua proposta;

Art. 3º A cessantária não poderá utilizar o espaço cedido para finalidade diversa da prevista nesta portaria, bem como ceder sua área, no todo ou em parte, a terceiros estranhos ao evento;

Art. 4º As atividades desenvolvidas pela cessantária serão de sua exclusiva responsabilidade, devendo arcar com eventuais prejuízos que vier a causar ao patrimônio público e a terceiros, eximindo o Município de São Paulo de qualquer responsabilidade de neste sentido;

Art. 5º O cumprimento das obrigações decorrentes desta cessão deverá ser fiscalizado pelo Centro Cultural Cidade de São Paulo.

Art. 6º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

CONSELHO MUNICIPAL DE PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO, CULTURAL E AMBIENTAL DA CID. DE SÃO PAULO

CONSELHO MUNICIPAL DE PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO, CULTURAL E AMBIENTAL DA CIDADE DE SÃO PAULO – CONPRESP

RESOLUÇÃO 02/CONPRESP/2022

O Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental da Cidade de São Paulo – CONPRESP, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei nº 10.032, de 27 de dezembro de 1985, com as alterações posteriores

conforme decisão do Conselho presentes à 755ª Reunião Ordinária realizada em 30 de maio de 2022 e

CONSIDERANDO a criação da Companhia do Metropolitan de São Paulo no contexto de expansão de urbanização na segunda metade do século XX, com a criação de espaços vinculados à luta sindical de seus trabalhadores;

CONSIDERANDO a implantação de um edifício-sede e área de lazer, próprio a partir da consolidação do Sindicato dos Metroviários de São Paulo, na região do Tatuapé, de forma concomitante à expansão das estações nessa parte da cidade;

CONSIDERANDO os apontamentos do Ministério Público e a possibilidade de perda de um bem cultural sem análise técnica conclusiva;

CONSIDERANDO o contido no processo SEI 6025.2022/0006964-2;

RESOLVE:

Artigo 1º – ABRIR PROCESSO DE TOMBAMENTO DO CONJUNTO DO SINDICATO DOS METROVIÁRIOS DE SÃO PAULO, na Subprefeitura Mooca, composto dos seguintes elementos:

1. Edifício-sede, à Rua Serra do Japi, 31, contribuintes 054.001.00491 e 0050-3 da Secretaria Municipal da Fazenda, objeto da Matrícula 140.518 do 9º Cartório de Registro de Imóveis da Comarca da Capital.

2. Área de lazer, à Rua Melo Freire, 874, contribuintes SQL 030.055.0064-0 e 0065-3 da Secretaria Municipal da Fazenda, objeto das Matrículas 155.801 e 49.567 do 9º Cartório de Registro de Imóveis da Comarca da Capital.

Artigo 2º – Qualquer projeto de intervenção sobre as edificações do Artigo 1º, incluindo demolições e construções novas, deverá ser previamente analisada pelo DPH e deliberada pelo CONPRESP.

Artigo 3º – Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

FUNDAÇÃO THEATRO MUNICIPAL

GABINETE DO PRESIDENTE

PORTARIA Nº 07/FTMSP/2022

8510.2022/0000270-1. DANILLO NUNES DA SILVA, Diretor Geral da Fundação Teatro Municipal de São Paulo, no uso da competência que lhe foi atribuída pelo inciso XII do art. 28 do Anexo I do Decreto Municipal nº 53.225/2012 que regulamenta a Lei nº 15.380/2011 e pela Portaria de Nomeação nº 1181 de 02 de setembro de 2021, publicada no DOC de 03/09/2021, nos termos do subitem 7.3.1 do edital de licitação 02/FTMSP/2022, referente ao concurso para seleção de profissional ou empresa especializada em contabilidade responsável pela elaboração do melhor projeto cenográfico/arquitetônico para o espetáculo "Lampião, lá do sertão" da Escola de Dança de São Paulo, conforme Processo SEI 8510.2022/0000270-1, nomeia os seguintes membros para compor a Comissão Julgadora das propostas:

1 – Pedro Eduardo da Silva - RG 13.287.696-6

2 – José Roberto Rodrigues Lopes – RG 4.516.906-8

3 – Cristiana Feliciano de Souza (representante da EDASP) – RG 21.572.828

Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

EDUCAÇÃO

DIRETORIA REGIONAL DE EDUCAÇÃO DE PIRITUBA

DIRETORIA REGIONAL DE EDUCAÇÃO PIRITUBA/JARAGUÁ

6016.2019/0052436-1

PORTARIA Nº 141, DE 30 DE MAIO DE 2022

A Diretoria Regional de Educação da Diretoria Regional de Educação Piritubal/Jaraguá, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria SME nº 3.581/18, com fundamento na Resolução CME nº 01/18, na Instrução Normativa SME nº 9/19 e o que consta no SEI nº 6016.2019/0052436-1 expedido a presente Portaria:

Art. 1º Fica autorizado, em caráter provisório, nos termos do inciso II, § 2º do Art. 27 da Resolução do CME nº 01/18, o funcionamento do NÚCLEO DE RECREAÇÃO INFANTIL SEMENTINHA DA VIDA LTDA, localizado na Avenida General Mac Arthur, nº 1182/1192, Bairro Vila Lajeado, São Paulo, mantida pelo Núcleo de Recreação infantil Sementinha da Vida Ltda, CNPJ 02.559.390/0001-60, com a finalidade de atender crianças de 04 (quatro) meses a 05 (cinco) anos e 11 (onze) meses de idade.

Art. 2º Esta Diretoria Regional de Educação ficará responsável pela supervisão e qualquer demanda relativa à autorização de funcionamento da instituição.

Art. 3º Os responsáveis pela instituição ficam obrigados a manter atualizado anualmente seu Projeto Pedagógico às normas que forem baixadas pelo Conselho Municipal de Educação e às demais instruções relativas ao cumprimento da legislação vigente.

Art. 4º O não cumprimento das obrigações assumidas em decorrência desta Portaria, pelo mantenedor, importará nos procedimentos previstos no art. 36 da Resolução CME nº 01/18.

Art. 5º Esta Portaria perderá sua validade se a instituição, mencionada no artigo 1º, não instalar os serviços de educação infantil no prazo de dois anos, a partir da vigência desta.

Art. 6º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

6016.2019/0052436-1

PORTARIA Nº 142, DE 30 DE MAIO DE 2022

A Diretoria Regional de Educação da Diretoria Regional de Educação Piritubal/Jaraguá, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria SME nº 3.581/2018, ratificada no art. 2º da IN SME nº 19/2021, com fundamento na Resolução CME nº 06/2019, expedido a presente Portaria:

Art. 1º Fica aprovado o Regulamento Educacional do NÚCLEO DE RECREAÇÃO INFANTIL SEMENTINHA DA VIDA LTDA, localizado na Avenida General Mac Arthur, nº 1182/1192, Bairro Vila Lajeado, São Paulo, mantida pelo Núcleo de Recreação infantil Sementinha da Vida Ltda, CNPJ 02.559.390/0001-60, autorizada pela Portaria nº 141, de 30/05/2022.

Art. 2º A Diretoria Regional de Educação, responsável pela supervisão da instituição, verificará o fiel cumprimento das normas contidas no Regulamento Educacional, objeto desta Portaria.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

6016.2020/0052105-4

PORTARIA Nº 143, DE 30 DE MAIO DE 2022

A Diretoria Regional de Educação Piritubal/Jaraguá, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria SME nº 3.581/18, com fundamento na Resolução CME nº 01/18, na Instrução Normativa SME nº 9/19 e o que consta no SEI nº 6016.2020/0053101-7 expedido a presente Portaria:

Art. 1º Fica autorizado o funcionamento do CEI Jardim das Borboletas, localizado à Rua Presidente Vargas, nº 102 – Vila Caiúba – Perus, São Paulo, mantido por Instituto Estrela Guia, CNPJ: 05.530.672/0001-22, com a finalidade de atender crianças de 00 (zero) a 03 (três) anos de idade.

Art. 2º A autorização de que trata o artigo anterior, entra-se em conformidade do disposto na Instrução Normativa nº 9/19 e respaldada na documentação constante do SEI 6016.2019/0040407-2.

Art. 3º Esta Diretoria Regional de Educação ficará responsável pela supervisão e qualquer demanda relativa à autorização de funcionamento da instituição.

Art. 4º Os responsáveis pela instituição ficam obrigados a manter atualizado anualmente seu Projeto Pedagógico às normas que forem baixadas pelo Conselho Municipal de Educação e às demais instruções relativas ao cumprimento da legislação vigente.

Art. 5º O não cumprimento das obrigações assumidas em decorrência desta Portaria, pelo mantenedor, importará nos procedimentos previstos no art. 36 da Resolução CME nº 01/18.

Art. 6º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

6016.2020/0052105-4

PORTARIA Nº 144, DE 30 DE MAIO DE 2022

A Diretoria Regional de Educação Piritubal/Jaraguá, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria SME nº 3.581/18, ratificada no art. 2º da IN SME nº 19/2021, com fundamento na Resolução CME nº 06/2019, expedido a presente Portaria:

Art. 1º Fica aprovado o Regulamento Educacional do CEI Jardim das Borboletas, localizado à Rua Presidente Vargas, nº 102 – Vila Caiúba – Perus, São Paulo, mantido por Instituto Estrela Guia, CNPJ: 05.530.672/0001-22, autorizado pela Portaria nº 1143, de 30/05/2022.

Art. 2º A Diretoria Regional de Educação, responsável pela supervisão da instituição, verificará o fiel cumprimento das normas contidas no Regulamento Escolar, objeto desta Portaria.

Art. 3º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

DIRETORIA REGIONAL DE EDUCAÇÃO DE CAMPO LIMPO

PORTARIA Nº 01, DE 01 DE JUNHO DE 2022.

6016.2022/0054874-6

O Diretor da EMER DR, JOÃO PEDRO DE CARVALHO NETO, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no artigo 201 da Lei nº 8.989/79, alterado pela Lei nº 13.519/03 e o disposto no Decreto nº 43.233/03, RESOLVE:

Art. 1º – Fica constituída a Comissão de Apuração Preliminar composta pelos seguintes servidores, sob a presidência do primeiro nomeado a secretária do último:

- Alvaro Isamu Shirashaki, RF 606.042.112

- Simone Maria De Barros, RF 81.7.655.872

Art. 2º – A Comissão ora designada procederá à apuração dos fatos e eventuais responsabilidades, relativamente ao contido no RA. nº 6016.2022/0054874-6, devendo apresentar o relatório conclusivo sobre o apurado no prazo de 20 (vinte) dias.

Art. 3º – Para o cabal cumprimento de suas atribuições, a Comissão poderá, dentre outros procedimentos, solicitar dados, levantamentos e informações, bem como examinar registros e quaisquer documentos que se fizerem necessários.

Art. 4º – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

DIRETORIA REGIONAL DE EDUCAÇÃO DA PENHA

ESTÁGIO PROBATÓRIO

6016.2019/0075485-5

PORTARIA Nº 158 DE 01 DE JUNHO DE 2022

O Diretor Regional de Educação da Diretoria Regional de Educação Penha, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o Decreto nº 57.817/2017, alterado pelo Decreto nº 58.986/19 e Instrução Normativa SME nº 28/2019, tendo em vista a necessidade de prosseguir os trabalhos da Comissão Especial de Estágio Probatório da EMER PIRE, JOÃO PINHEIRO, constituída pela Portaria nº 353 de 04/11/2019, publicada no DOC de 14/11/2019, pag. 45 e alterações.

RESOLVE:

Art. 1º – Excluir da comissão:

RF/VC SERVIDOR CARGO

791.673.611 Priscila Viana Camacho Assistente de Diretor de Escola

620.101.311 Nádia Sousa Lima Minguiti Coordenador Pedagógico

RF/VC SERVIDOR CARGO

685.364.012 Nápolitano Ferreira Ribeiro Assistente de Diretor de Escola

812.899.511 Patrícia Carla Navarro Assistente de Diretor de Escola

Art. 3º – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, mantendo inalteradas as demais disposições constantes na Portaria nº 353/2019

DIRETORIA REGIONAL DE EDUCAÇÃO DE ITAQUERA

6016.2022/0059002-5

levantamentos e informações, bem como examinar registros e quaisquer documentos que se fizerem necessários.

Art. 4 – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

DIRETORIA REGIONAL DE EDUCAÇÃO DE SÃO MIGUEL

PORTARIA Nº 190, DE 31 DE MAIO DE 2022

6016.2019/0069949-8

O Diretor Regional de Educação da Diretoria regional de Educação de São Miguel, no uso de suas atribuições legais, em conformidade ao Decreto nº 57.817/2017, alterado pelo Decreto nº 58.986/19 e Instrução Normativa SME nº 28/2019, tendo em vista a necessidade de alteração da Comissão Especial de Estágio Probatório – CEEP instituída pela Portaria nº 151 de 15/10/2019, publicada no DOC de 24/10/2019, página 48.

RESOLVE:

Art.1º EXCLUIR
Nádia Maria das Graças de Oliveira Rocha R.5302.038.91 Prof. de Ed. Infantil

Art.2º INCLUIR

Lúcia Aparecida Alves dos Santos Souza R.5745.100.01 Prof. de Ed. Infantil

Art.3º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, mantendo inalteradas as demais disposições constantes na Portaria nº 151/2019.

DESPACHO DO DIRETOR REGIONAL DE EDUCAÇÃO

BAIXA DE BENS PATRIMONIAIS MÓVEIS

6016.2022/0059426-8 – EMEF PROFESSOR FERNANDO DE AZEVEDO - A vista dos elementos contidos no presente, em especial às manifestações no memorando nº 73/2022 (064485305), com base na competência que me foi delegada pela Portaria nº 5.318 de 24/08/2020 e ainda, nos termos do Decreto nº 53.484/12 alterado pelo Decreto 56.214/15 e Portaria SF nº 90/2022, AUTORIZO observadas as formalidades legais e cautela de estilo, a baixa dos bens patrimoniais relacionados no Anexo I do laudo de Vistoria nº 01/2022 (064485517) do processo administrativo supracitado, por se tratar de bens irrecuperáveis.

DESPACHO DO DIRETOR REGIONAL DE EDUCAÇÃO

BAIXA DE BENS PATRIMONIAIS MÓVEIS

6016.2022/0059426-8 – EMEF PROFESSOR FERNANDO DE AZEVEDO - A vista dos elementos contidos no presente, em especial às manifestações no memorando nº 74/2022 (064488743), com base na competência que me foi delegada pela Portaria nº 5.318 de 24/08/2020 e ainda, nos termos do Decreto nº 53.484/12 alterado pelo Decreto 56.214/15 e Portaria SF nº 90/2022, AUTORIZO observadas as formalidades legais e cautela de estilo, a baixa dos bens patrimoniais relacionados no Anexo I do laudo de Vistoria nº 02/2022 (064488914) do processo administrativo supracitado, por se tratar de bens irrecuperáveis.

PORTARIA Nº 194, DE 01 DE JUNHO DE 2022

6016.2019/0069529-8

O Diretor de Regional de Educação da Diretoria Regional São Miguel no uso de suas atribuições legais, tendo em vista a necessidade de prosseguir os trabalhos de tornar pública a relação dos servidores em Estágio Probatório e seus respectivos membros relatores da EMEF JOSÉ HONÓRIO RODRIGUES, constituída pela Portaria nº 387, de 29/10/2019, publicada no DOC de 02/11/2019, pg. 66.

RESOLVE:

Art.1º Incluir na relação de Talita Santos da Silva Soares R.E820.020.3/1 o servidor:
Nome: RIVC Data de ingresso: 21/12/2018
Fólio dos Santos Borges R.5380.793.02

Art.2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, mantendo inalteradas as demais disposições constantes na Portaria nº 387/2019.

PORTARIA Nº 195, DE 01 DE JUNHO DE 2022

6016.2019/0069612-0

O Diretor de Regional de Educação da Diretoria Regional São Miguel no uso de suas atribuições legais, tendo em vista a necessidade de prosseguir os trabalhos de tornar pública a relação dos servidores em Estágio Probatório e seus respectivos membros relatores da EMEI Alomar Baileiro, constituída pela Portaria nº 327, de 29/10/2019, publicada no DOC de 02/11/2019, pg. 64.

RESOLVE:

Art.1º Incluir na relação de Eliana de Oliveira Borges R.F.5273.580-4/2 a servidora:
Nome: RIVC Data de ingresso: 22/10/2021
Ana Paula Gomes de Souza R.5889.986-01

Art.2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, mantendo inalteradas as demais disposições constantes na Portaria nº 327/2019.

PORTARIA Nº 01, DE 31 DE MAIO DE 2022

6016.2022/0059224-9

A Diretora de Escola da EMEI Luíza Helena de Barros, da Diretoria Regional de Educação São Miguel, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no Artigo 201 da Lei nº 8.989/79, alterada pela Lei nº 13.519/03 e o disposto no Decreto nº 43.233/03

RESOLVE:

Art.1 – Fica constituída a Comissão de Apuração Preliminar composta pelos seguintes servidores, sob a presidência do primeiro nomeado e secretariado pelo último:
- Márcia Marques Canton Custódio, RF: 654.598.01
- Marina Freire da Silva, RF: 835.749.81
- Rosinalva de Souza Lemes, RF: 813.964.42

Art. 2 – A Comissão ora designada procederá à apuração dos fatos e eventuais responsabilidades, relativamente ao contido no SEI 6016.2022/0059224-9, devendo apresentar o relatório conclusivo sobre o apurado no prazo de 20 (vinte) dias.

Art. 3 – Para o cabal cumprimento de suas atribuições, a Comissão poderá, dentre outros procedimentos, solicitar dados, levantamentos e informações, bem como examinar registros e quaisquer documentos que se fizerem necessários.

Art. 4 – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

DIRETORIA REGIONAL DE EDUCAÇÃO DE GUAIANASES

6016.2020/0108185-6

PORTARIA Nº 67, DE 31 DE MAIO DE 2022

A Diretoria Regional de Educação Guaianasas, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria SME nº 3.581/18 com fundamento na Resolução CME nº 01/18, na Instrução Normativa SME nº 9/19 e o que consta no SEI 6016.2020/0108185-6 expedido a presente Portaria:

RESOLVE:

Art. 1º A autorização de funcionamento concedida por meio da Portaria nº 40, de 03/06/2021, ao CE MARINA MILLET (RHE), localizada na Rua José Vieira Guimarães, nº 248, Bairro Jardim Santa Terezinha - Guaianasas, deixa de ter caráter provisório à vista da apresentação do documento expedido pela Municipalidade,

Art. 2º Os responsáveis pela instituição ficam obrigados a manter ajustado anualmente seu Projeto Pedagógico e normas que forem baixadas pelo Conselho Municipal de Educação e às demais instruções relativas ao cumprimento da legislação vigente.

Art. 3º O não cumprimento das obrigações assumidas em decorrência desta Portaria, pelo mantenedor, importará nos procedimentos previstos no art.36 da Resolução CME nº 01/18.

Art. 4º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

ESPORTES E LAZER

GABINETE DO SECRETÁRIO

ASSESSORIA JURÍDICA

6019.2022/0000794-6

I. DESPACHO

1. A vista dos elementos constantes do presente processo, em especial às manifestações da Divisão de Contratos e Licitações – DCL (064017199) e o parecer da Assessoria Jurídica desta Pasta (064437491), que acolheu e adotou como opiniões técnicas as sujeitas ao art. 28 da UNDE e integram a motivação desse ato, e diante da competência da Portaria n. 001/SEME/2020, APLICO à empresa contratada PROVAC TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA LTDA - CNPJ 50.400.407/0001-84, nos termos do art. 87, inc. II, da Lei Federal nº 8.666/93, dos arts. 54 e 55 do Decreto Municipal nº 44.279/03, além da legislação correlata, e com amparo nas cláusulas contratuais, a penalidade de multa no valor de R\$ 33.072,56 (trinta e dois mil, setenta e dois reais e cinquenta e seis centavos), conforme cálculo de DEOF (062149229).

2. Fica a empresa interessada intimada a, querendo, interpor recurso da presente decisão no prazo de 05 (cinco) dias úteis, sendo em igual prazo desde já franqueada a vista e a entrega de cópias do processo, nos termos dos arts. 41 e 43 da Lei Municipal nº 14.141/2006, permanecendo o processo em SEME/CAF/DCU/Contratos para vistas durante o período.

FAZENDA

GABINETE DO SECRETÁRIO

GABINETE DO SECRETÁRIO

PORTARIA SF Nº 122, DE 01 DE JUNHO DE 2022

Altera a Portaria SF nº 68, de 26 de março de 2018, que estabelece os procedimentos de vista de processos no âmbito da Subsecretaria da Receita Municipal – SU-REM.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA FAZENDA, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º Os artigos 2º, 3º, 5º e 6º da Portaria SF nº 68, de 26 de março de 2018, passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 2º A vista de processos eletrônicos ou físicos deverá ser solicitada pelo interessado mediante protocolo de atendimento no Portal 156, disponível no endereço <https://sp156.prefeitura.sp.gov.br>, acessando-se seguidamente as opções “Finanças”, “Processo administrativo” e “Visita de Processos: solicitar acesso a processo administrativo em andamento ou encerrado”, devendo o requerente:

I - realizar login no Portal 156 mediante CPF ou CNPJ do interessado ou representante legal, bem como efetuar a validação do pedido de vistas mediante Senha Web do interessado ou representante legal;

II - anexar ao protocolo de atendimento do Portal 156 os seguintes documentos:

§ 1º Em caso de pedido de vista formulado a partir da Senha Web de terceiros que não tenham delegação de acesso prevista, o pedido será negado e a unidade orientará o requerente a proceder nos termos do “caput” deste artigo.

“Art. 3º Tratando-se de processo físico, o interessado deverá, primeiramente, consultar o Portal de Processos Administrativos, disponível no endereço <https://processos.prefeitura.sp.gov.br/Forms/consultarProcessos.aspx>, e informar no protocolo de atendimento a unidade em que se localiza o processo.

§ 1º Tratando-se de processo físico encerrado, o interessado deverá solicitar o desarquivamento e vistas diretamente via Portal de Processos Administrativos, disponível no endereço <https://processos.prefeitura.sp.gov.br/Forms/consultarProcessos.aspx>.

§ 2º O indeferimento do pedido de vista será devidamente justificado e comunicado ao requerente pelo protocolo de atendimento registrado no Portal 156, podendo o interessado ingressar com novo pedido pelo mesmo canal eletrônico.” (NR)

“Art. 5º Observados os requisitos dos artigos 2º e 3º desta portaria, o Departamento de Atendimento – DEATE solicitará “link” de acesso SEI à unidade em que tramita o processo eletrônico.

§ 4º Deferido o pedido, DEATE enviará ao requerente, no protocolo de atendimento do Portal 156, o “link” de acesso SEI por meio do qual poderá ter vista do processo, com validade de 7 (sete) dias corridos a partir da data de envio ao requerente.

“Art. 6º Observados os requisitos dos artigos 2º e 3º desta portaria, DEATE encaminhará o pedido do requerente à unidade em que se localiza o processo físico.

§ 1º A unidade responsável comunicará DEATE acerca da disponibilidade do processo, indicando, quando for o caso, o dia a partir do qual o requerente poderá ter vista.

§ 2º DEATE enviará resposta ao requerente no protocolo de atendimento do Portal 156, informando-o sobre o deferimento ou indeferimento do pedido e, quando for o caso, indicando o dia a partir do qual poderá ter vista do processo, bem como o local de comparecimento e os horários de atendimento.

§ 3º Deferido o pedido, o processo ficará disponível ao requerente para vista na repartição pelo prazo de 7 (sete) dias corridos a partir do envio da resposta de que trata o § 2º deste artigo.

“Art. 7º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

PORTARIA SF Nº 123, DE 01 DE JUNHO DE 2022

Altera a Portaria SF nº 43, de 5 de março de 2021, que dispõe sobre a constituição da Comissão Especial para organizar a eleição de representantes titulares na Comissão Interna de Prevenção de Acidentes da Secretaria Municipal da Fazenda.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA FAZENDA, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º O preâmbulo da Portaria SF nº 43, de 5 de março de 2021, passa a vigorar com a seguinte redação:

“O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA FAZENDA, no uso de suas atribuições legais, e

CONSIDERANDO a necessidade de compor a Comissão Especial para organizar a eleição de representantes titulares na Comissão Interna de Prevenção de Acidentes da Secretaria Municipal da Fazenda, gestão 2022/2024, de acordo com a Lei nº 13.174, de 05 de setembro de 2001,” (NR)

Art. 2º O Art. 1º da Portaria SF nº 43, de 5 de março de 2021, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º Designar os servidores abaixo para, sob a presidência do primeiro indicado, constituir a Comissão Especial para organizar a eleição de representantes titulares na Comissão Interna de Prevenção de Acidentes – CIPA da Secretaria Municipal da Fazenda, gestão 2022/2024:

(...)” (NR)

Art. 3º O Art. 2º da Portaria SF nº 43, de 5 de março de 2021, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 2º (...)”

I – elaborar o Edital de Convocação para Eleição da CIPA 2022/2024;

(...)” (NR)

Art. 4º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO SECRETÁRIO

PORTARIA SF Nº 124, 01 DE JUNHO DE 2022

Dispõe sobre o Cadastro de Prestadores de Outros Municípios – CPOM, a que se refere a Lei nº 13.701, de 24 de dezembro de 2003.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA FAZENDA, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei,

CONSIDERANDO as alterações na legislação referente ao Cadastro de Prestadores de Outros Municípios – CPOM implementadas pela Lei nº 17.719, de 26 de novembro de 2021;

CONSIDERANDO o princípio da eficiência e a necessidade de otimização dos procedimentos para cadastramentos facultativos no CPOM;

RESOLVE:

Art. 1º Disciplinar, através desta Portaria, os procedimentos de emissão de inscrições no cadastro das pessoas jurídicas que emitam nota fiscal autorizada por outro Município, para tomadas estabelecidos no Município de São Paulo, nos termos do artigo 9º-A, da Lei nº 13.701, de 24 de dezembro de 2003.

CAPÍTULO I

Declaração de Prestadores de Outros Municípios

Art. 2º As informações necessárias para inscrição, alteração e cancelamento das pessoas jurídicas no Cadastro de Prestadores de Outros Municípios – CPOM serão fornecidas pelo prestador de serviços, por meio eletrônico, no site da Secretaria Municipal da Fazenda, mediante o preenchimento da “Declaração de Prestadores de Outros Municípios – Protocolo de inscrição, alteração ou cancelamento”.

§ 1º A declaração de que trata o caput, após sua transmissão, receberá um número de protocolo, que validará a operação de preenchimento e transmissão.

§ 2º O prazo de validade de 30 (trinta) dias da data da transmissão da declaração, devendo ser impresso e assinado pelo representante legal ou procurador.

§ 3º O protocolo será extinto quando o envio dos documentos ultrapassar o prazo de 30 (trinta) dias da data de sua transmissão.

CAPÍTULO II

Inscrição no CPOM

Art. 3º A inscrição no CPOM poderá ser feita mediante o preenchimento da “Declaração de Prestadores de Outros Municípios – Protocolo de Inscrição”, observados os procedimentos descritos no Capítulo I.

Parágrafo único. Juntamente com a declaração de que trata o caput, a qual deverá ser assinada pelo representante legal ou procurador, deverão ser encaminhados digitalmente pelo site da Secretaria Municipal da Fazenda os seguintes documentos:

I - cópia do RG e CPF ou CNH do titular/sócio/administrador responsável pela empresa;

II - cópia do CNPJ do estabelecimento;

III - cópia da última consolidação do Contrato Social, Estatuto Social, Ata ou Declaração de Empresário – Firma Individual, regularmente registrados no órgão competente e em que conste o endereço declarado;

IV - procuração com firma reconhecida, acompanhada de cópia dos documentos pessoais do procurador (RG e CPF ou CNH), quando o signatário do protocolo de inscrição for procurador;

V - cópia do lançamento do Imposto Predial e Territorial Urbano – IPTU do estabelecimento, referente ao exercício mais recente, contendo os dados do proprietário, compromissário e imóvel, incluindo endereço do estabelecimento;

VI - cópia do contrato de locação, se for o caso;

VII - cópia das faturas de telefonia fixa, celular, internet ou TV por assinatura dos últimos 6 (seis) meses em nome da empresa ou de seu titular/sócio/administrador, em que conste o endereço do estabelecimento;

VIII - cópia da última conta de energia elétrica, água ou gás em nome da empresa ou de seu titular/sócio/administrador, em que conste o endereço do estabelecimento;

IX - 3 (três) fotografias do estabelecimento, com o registro das imagens das instalações internas, fachada frontal e detalhe do número, ficando a pessoa jurídica dispensada do envio da fotografia das instalações internas quando o local do estabelecimento prestador for a residência da pessoa natural.

CAPÍTULO III

Alteração no CPOM

Art. 4º A alteração dos dados cadastrados no CPOM poderá ser feita por meio do sistema, através da utilização de certificado digital mediante o preenchimento da “Declaração de Prestadores de Outros Municípios – Protocolo de Alteração”, devendo ser preenchidos apenas os campos referentes aos dados alterados, observando-se os procedimentos descritos no Capítulo I.

Art. 5º Em caso de solicitação de alteração sem certificado digital, o sistema encaminhará o usuário para preenchimento de nova “Declaração de Prestadores de Outros Municípios – Protocolo de Alteração”, na qual deverão ser inseridos todos os campos e informações todas as atividades em que a empresa deseja estar cadastrada, inclusive aquelas que já constavam no cadastro.

Parágrafo único. Em caso de deferimento, o sistema disponibilizará apenas as informações deste último protocolo de inscrição.

Art. 6º Quando não houver alteração de endereço, juntamente com a “Declaração de Prestadores de Outros Municípios – Protocolo de Alteração ou Inscrição” assinada pelo representante legal ou procurador, deverão ser encaminhados digitalmente pelo site da Secretaria Municipal da Fazenda os seguintes documentos:

I - cópia do RG e CPF ou CNH do titular/sócio/administrador responsável pela empresa;

II - cópia da última consolidação do Contrato Social, Estatuto Social, Ata ou Declaração de Empresário – Firma Individual, regularmente registrados no órgão competente e em que conste o endereço declarado;

III - procuração com firma reconhecida, acompanhada de cópia dos documentos pessoais do procurador (RG e CPF ou CNH), quando o signatário do protocolo de Alteração ou Inscrição for procurador.

Parágrafo único. Em caso de deferimento de endereço, juntamente com a “Declaração de Prestadores de Outros Municípios – Protocolo de Alteração ou Inscrição” assinada pelo representante legal ou procurador, deverão ser encaminhados todos os documentos listados no artigo 3º desta Portaria.

CAPÍTULO IV

Cancelamento no CPOM

Art. 7º O cancelamento da inscrição no CPOM poderá ser feito mediante o preenchimento da “Declaração de Prestadores de Outros Municípios – Protocolo de CANCELAMENTO”, observando-se os procedimentos descritos no Capítulo I.

Parágrafo único. Juntamente com a declaração de que trata o caput, assinada pelo representante legal ou procurador, deverão ser encaminhados digitalmente pelo site da Secretaria Municipal da Fazenda os seguintes documentos:

I - cópia do RG e CPF ou CNH do titular/sócio/administrador responsável pela empresa;

II - cópia da última consolidação do Contrato Social, Estatuto Social, Ata, Declaração de Empresário – Firma Individual ou Distrato Social, regularmente registrado no órgão competente;

III - procuração com firma reconhecida, acompanhada de cópia dos documentos pessoais do procurador (RG e CPF ou CNH), quando o signatário do protocolo de Cancelamento for procurador.

CAPÍTULO V

Disposições Finais

Art. 8º O envio de documentos não implica inscrição no CPOM, sendo que a validação da inscrição, alteração ou cancelamento ficará condicionada à análise da unidade competente da Secretaria Municipal da Fazenda que, no prazo de 30 (trinta) dias da recepção dos documentos que tratam os artigos 3º, 6º e 7º, deferirá ou indeferirá a inscrição, alteração ou cancelamento, ou solicitará outros documentos ou esclarecimentos ao prestador de serviços.

Art. 9º. Em caso de deferimento do protocolo, a inscrição, alteração ou cancelamento serão validados a partir da data de transmissão da “Declaração de Prestadores de Outros Municípios – Protocolo de Inscrição, Alteração ou Cancelamento”.

Art. 10. O prestador de serviços poderá verificar a situação de sua inscrição, alteração ou cancelamento no site da Secretaria Municipal da Fazenda, utilizando-se do número do CNPJ ou número do “Protocolo de Inscrição, Alteração ou Cancelamento”.

Art. 11. Os dados cadastrados no CPOM somente poderão ser integralmente consultados através do acesso ao sistema via certificado digital.

Art. 12. O indeferimento do pedido de inscrição, alteração ou cancelamento, qualquer que seja o seu fundamento, poderá ser objeto de um único recurso, no prazo máximo de 15 (quinze) dias contados da data de publicação no Diário Oficial da Cidade de São Paulo.

Art. 13. O recurso deverá ser interposto pelo representante legal ou procurador, utilizando-se do número do protocolo indeferido, devendo os documentos ser encaminhados digitalmente pelo site da Secretaria Municipal da Fazenda.

Art. 14. O recurso ficará condicionado à análise da unidade competente da Secretaria Municipal da Fazenda que, no prazo de 15 (quinze) dias da recepção dos documentos, deferirá ou indeferirá a inscrição, alteração ou cancelamento.

Art. 15. A Secretaria Municipal da Fazenda poderá solicitar outros documentos, a fim de dar prosseguimento à análise da solicitação de inscrição, alteração ou cancelamento no CPOM, bem como, a qualquer tempo, requerer informações para proceder à revisão da inscrição no CPOM.

§1º A inscrição no CPOM poderá ser cancelada de ofício, fundamentadamente, na existência de indícios de que o prestador de serviços não está estabelecido no endereço declarado.

§2º A relação de protocolos de inscrição, alteração e cancelamento indeferidos e inscrições canceladas de ofício serão publicadas no Diário Oficial da Cidade de São Paulo.

Art. 16. Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as Portarias SF nº 101, de 7 de novembro de 2005, e SF nº 118, de 29 de dezembro de 2005.

CONSELHO MUNICIPAL DE TRIBUTOS

DESPACHOS DA PRESIDÊNCIA

Referência: Processo Administrativo SEI nº 6017.2022/0010135-6

Recorrente: SILVEIRA, ATHIAS, SORIANO DE MELLO, BENTES, LOBATO & SCAFF - ADVOGADOS

CCM nº: 3.756.178-2

CNPJ nº: 15.321.276/0003-00

Advogado(s):

Dr. Fernando Facury Scaff (OAB/SP nº 233.951)

Recorda:

Decisão proferida pela 3ª CJ no Recurso Ordinário nº 6017.2021/0004629-9

Assunto:

Admissibilidade de Recurso de Revisão

Créditos recorridos:

Requerimento do Pedido de Enquadramento no Regime Especial de Recolhimento das Sociedades Profissionais (SUP)

DESPACHO:

1. O Recurso de Revisão foi interposto por parte legítima, nos termos do artigo 49, § 5º,